



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo no agravo de instrumento nº 295395-5 – Comarca de Igarassu

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.

Embargado: Município de Igarassu.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os arts. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95; 172, I e 173 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 17 da Lei nº 9.427/96; 42 e 71 do CDC e 884 do CC, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo no agravo de instrumento nº 295395-5, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

291

Embargos de declaração no recurso de agravo no agravo de instrumento nº 295395-5 – Comarca de Igarassu
Embargante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.
Embargada: Município de Igarassu.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. ENERGIA ELÉTRICA. MUNICÍPIO. INADIMPLÊNCIA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. O princípio da continuidade do serviço público assegurado pelo art. 22 do CDC deve ser mitigado, ante o proclamado no art. 6º, § 3º, II da Lei nº 8.987/95, que prevê a possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica quando, após prévia comunicação, permanecer inadimplente o usuário. 2. Todavia, quando se tratar de consumidor pessoa jurídica de direito público, é possível a interrupção no fornecimento de energia elétrica, desde que não se faça de maneira indiscriminada, preservando-se as unidades públicas provedoras das necessidades impreteríveis da comunidade. 3. Precedentes do STJ no sentido de que a suspensão do serviço de energia elétrica, por empresa concessionária, em razão de inadimplemento de unidades públicas essenciais - hospitais; pronto-socorros; escolas; creches; fontes de abastecimento d'água e iluminação pública; e serviços de segurança pública -, como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, despreza o interesse da coletividade. 4. Assim, *in casu*, inadmissível o corte no fornecimento de energia do Município, razão que não se consideram vulnerados os arts. 21, XII, "b", 37, XXI e 175 da CF; 6º da Lei nº 8.987/95; 17 da Lei nº 9.427/96; 172 e 173 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL e 22 do CDC. 5. Recurso de agravo improvido por unanimidade (RA no AI 295395-5, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 18/07/2013).

Requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95; 172, I e 173 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 17 da Lei nº 9.427/96; 42 e 71 do CDC e 884 do CC.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95; 172, I e 173 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 17 da Lei nº 9.427/96; 42 e 71 do CDC e 884 do CC.

~

292

Conforme se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

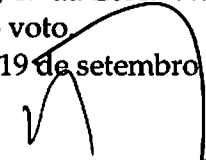
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferidos os arts. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95; 172, I e 173 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 17 da Lei nº 9.427/96; 42 e 71 do CDC e 884 do CC.

É como voto

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator